

DECRETO N.º 070/2023 DE 25 DE OUTUBRO DE 2023.

REGULAMENTA NO ÂMBITO MUNICIPAL A CRIAÇÃO DO COMITÊ DE TRABALHO PARA ATUAR NA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DA LEI FEDERAL COMPLEMENTAR DE Nº 195, DE 08 DE JULHO DE 2023, REGULAMANTADA PELO DECRETO FEDERAL DE Nº 11.453 DE 23 DE MARÇO DE 2023 E O DECRETO FEDERAL DE Nº 11.525 DE 11 DE MAIO DE 2023 QUE DISPÕE SOBRE AÇÕES DE FOMENTO DESTINADAS AO SETOR CULTURAL

Excelentíssimo Prefeito Constitucional do Município de Caaporã – PB, o Dr. Cristiano Ferreira Monteiro, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela lei orgânica do município, amparada pelas ações destinadas ao setor cultural em face da Lei Federal Complementar de Nº 195 de 08 de julho de 2023.

DECRETA:

Art. 1º. O Poder Executivo do Município de Caaporã - PB, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, executará diretamente os recursos solicitados ao Ministério da Cultura pela Lei Federal de nº 195 (Lei Paulo Gustavo) mediante ações executadas através do **COMITÊ DE TRABALHO** os mecanismos previstos nas hipóteses enumeradas na referida lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Secretaria Municipal de Cultura, com auxílio do **COMITÊ DE TRABALHO** e demais Secretarias Municipais competentes envidará os esforços necessários para providenciar os meios administrativos e operacionais para que o os recursos possam ser usados na forma da Lei em prol da coletividade e tendo como público-alvo os trabalhadores e trabalhadoras da cultura em suas mais diversas, plurais e legítimas manifestações artísticas e culturais destinado ao município.

Art. 2º. Fica criado o **COMITÊ DE TRABALHO**, com as obrigações de execução, acompanhamento e fiscalização das ações decorrentes da Lei de nº 195 de 08 de julho de 2023, com as obrigações e atribuições abaixo definidas:

I – Realizar as tratativas necessárias com os órgãos públicos do Município de Caaporã – PB responsáveis pela execução dos recursos;

II – Participar das discussões referentes à regulamentação dos recursos no âmbito do Município de Caaporã – PB e por fim realizar o envio da redação do Projeto de Lei junto a Câmara Municipal de Caaporã – PB através de fomento nas ações previstas na Lei Federal Complementar de nº 195 de 08 de julho de 2023 “Lei Paulo Gustavo” em observância ao Art. 3º deste decreto;

III – Acompanhar a elaboração dos editais e orientar os trabalhadores e trabalhadoras da cultura a respeito dos procedimentos necessários dos mesmos para terem acesso aos recursos da referida lei através dos editais e outros mecanismos que a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do Município de Caaporá – PB entender como mais adequado;

IV – Acompanhar a publicação de todas as etapas inerentes aos editais que serão realizadas pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do Município de Caaporá – PB inerentes aos editais e outros mecanismos necessários de promoção e execução dos recursos da Lei Paulo Gustavo de forma transparente, impessoal e democrática, respeitando e valorizando as proposituras apresentadas pelos trabalhadores e trabalhadoras da cultura do município de Caaporá - PB;

V – Fiscalizar a execução dos recursos transferidos para cada projeto apresentado nos seus respectivos editais classificados e aprovados e publicados em diário oficial;

VI – Auxiliar o Poder Público Municipal no que diz respeito à elaboração do relatório de prestação de contas a respeito da execução dos recursos no âmbito do município de Caaporá – PB;

VII – Emitir relação dos classificados com suas respectivas notas obtidas em cada um dos editais em todas as fases.

VIII – Quanto a elaboração dos editais, tal competência caberá de forma única e exclusiva a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do Município de Caaporá – PB, inclusive os membros do **COMITÊ DE TRABALHO NÃO TERÃO NENHUM CONTATO COM OS PARECERISTAS RESPONSÁVEIS PELA AVALIAÇÃO E ANÁLISE DOS PROJETOS APRESENTADOS PELOS ROPONENTES, EXCETO OS REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL PRESENTES NO COMITÊ DE TRABALHO.**

Art. 3º. O COMITÊ DE TRABALHO que trata este decreto será composto pelos seguintes integrantes:

I – 03 (Três) Representantes da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do Município de Caaporá – PB, onde um dos seus membros será o responsável pela presidência do **COMITÊ DE TRABALHO que será indicado(a) pelo Prefeito Constitucional do Município de Caaporá – PB através de portaria a ser publicada do Diário Oficial do Município;**

II – 02 (dois) Representante da Secretaria de Ação Social;

III – 01 (Hum) Representante da Sociedade Civil;

IV – 03 (Três) Representantes dos segmentos artísticos culturais do Município de Caaporá – PB;

V – Os representantes do Poder Público municipal no **COMITÊ DE TRABALHO** que serão indicados(as) pelo **Prefeito Constitucional do Município de Caaporã – PB** através de portaria a ser publicada do Diário Oficial do Município, já os representantes dos segmentos artísticos culturais do Município de Caaporã – PB serão indicados através do Conselho Municipal de Políticas Públicas de Caaporã - PB;

Art. 4º. Fica assegurada a participação da sociedade civil no acompanhamento e na fiscalização da aplicação dos recursos oriundos da Lei Paulo Gustavo, podendo exercer esse direito por intermédio de solicitação à Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 5º. A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo poderá expedir normas para complementar, esclarecer e orientar a execução da Lei Federal de nº 195 de 08 de julho de 2023, no âmbito do município de Caaporã – PB, com o aval do **COMITÊ DE TRABALHO**.

ART. 6º. Fica estabelecido que todos os membros do comitê de trabalho representantes do poder público, não poderão apresentar projetos em qualquer um dos editais publicados pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do município de Caaporã – PB, assim como os seus parentes e afins até o terceiro grau como determina o §5º do artigo 19º do decreto de nº 11.453 de 23 de março de 2023, que trata das diretrizes a respeito da política nacional de fomento cultural.

Art. 7º. Revogados as disposições contrárias, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Por se tratar de atividade de extrema relevância para o serviço público, fica estabelecido que as atividades desenvolvidas pelos membros do **COMITÊ DE TRABALHO** no referido decreto e nas portarias de nomeação não receberão remuneração do poder público municipal pelas ações que serão desenvolvidas, assim como não há nenhuma forma de vínculo empregatício de todos os membros com o Poder Público do Município de Caaporã – PB.

Gabinete do Prefeito de Caaporã - PB, em 25 de outubro de 2023.

Cristiano Ferreira Monteiro
Prefeito Constitucional